PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DA FORTALEZA - MG



Praça do Santuário, 1373 – Fone: 3835-1222

LEI Nº 576/95 De 11 de dezembro de 1995

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DA FORTALEZA-MG, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1996 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cruzeiro da Fortaleza-MG.

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

- Art. 1º Fica o Orçamento Geral, do Município de Cruzeiro da Fortaleza, para o exercício financeiro de 1996, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei e que estima a Receita em R\$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) e fixa a Despesa em igual importância.
- Art. 2º A Receita sera realizada mediante arrecadação de tributos, fundos e outras fontes de renda, na forma da legislação em vigor e de acordo com o seguinte desdobramento:

Receitas Correntes		2.498.146,00
Receita Tributaria 221.00	00,00	
Receita Patrimonial 49.000	0,00	
Receita Industrial 10.882	2,00	
Transferências Correntes	1.997.264,00	
Outras Receitas Correntes	220.000,00	
Receitas de Capital		1.001.854,00
Operações de Credito 200.00	00,00	
Alienações de Bens 130.00	00,00	
Transferências de Capital	461.854,00	
Outras Receitas Correntes	210.000,00	
Geral da Receita Estimada		3.500.000,00
	Receita Tributaria 221.00 Receita Patrimonial 49.000 Receita Industrial 10.882 Transferências Correntes Outras Receitas Correntes Receitas de Capital Operações de Credito 200.00 Alienações de Bens 130.00 Transferências de Capital	Receita Tributaria 221.000,00 Receita Patrimonial 49.000,00 Receita Industrial 10.882,00 Transferências Correntes 1.997.264,00 Outras Receitas Correntes 220.000,00 Receitas de Capital Operações de Credito 200.000,00 Alienações de Bens 130.000,00 Transferências de Capital 461.854,00 Outras Receitas Correntes 210.000,00

Art. 3º - A Despesa será realizada de acordo com a programação estabelecida nos quadros anexos distribuída por Órgãos e Unidades Orçamentárias, por Função Programática e Categorias Econômicas, conforme o seguinte desdobramento:

a)	Despesas por Orgãos e Unidades Orça	mentárias:	
1-	Legislativo		
	1.1- Gabinete	e Secretaria da Câmara	71.000,00
2-	Executivo		
	2.1- Gabinete e Secretaria da Prefeitur	a	640.000,00
	2.2- Serviço de Fazenda		326.000,00
	2.3- Educação, Cultura, Esporte e Laz	er	730.000,00
	2.4- Saúde e Assistência Social		599.000,00
	2.5- Serviços de Obras, Urbanismo, Sa	aneamento e Transporte	1.134.000,00
	Soma		3.500.000,00
b)	Despesas por Funções Programáticas		
	Legislativa		71.000,00
	3- Administração e Planejamento		693.000,00
	4- Agricultura		137.000,00
	7- Desenvolvimento Regional		25.000,00
	8- Educação e Cultura		730.000,00
	10- Habitação e Urbanismo		484.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DA FORTALEZA - MG Praça do Santuário, 1373 – Fone: 3835-1222

	13- Saúde e Saneamento	540.000,00
	15- Assistência e Previdência	330.000,00
	16- Transportes	500.000,00
	Soma	3.500.000,00
c)	Despesa por Categorias Econômicas	
	3- Despesas Correntes	1.885.000,00
	3.1- Despesas de Custeio	1.524.000,00
	3.2- Transferências Correntes	361.000,00
	4.0- Despesas de Capital	1.615.000,00
	4.1- Investimentos	1.415.000,00
	4.2- Inversões Financeiras	150.000,00
	4.3- Transferências de Capital	50.000,00
	Total da Despesa Estimada	3.500.000,00

Art. 4º - Durante a execução orçamentaria, fica o Poder Executivo, no âmbito de seu orçamento autorizado a abrir créditos adicionais suplementares ate o limite de 80% (oitenta por cento) da despesa fixada nesta lei, para reforçar dotações que se tornaram insuficientes, podendo para tanto utilizar os seguintes recursos:

- a) Anular parcial ou total dotações orçamentárias, conforme disposto no item III do paragrafo 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64.
- b) Utilizar o "Excesso da Arrecadação" apurado nos termos do item II paragrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64.
- c) Utilizar o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior de acordo com o Item I paragrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64.
- **Art. 5º -** Fica também o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano Plurianual de Governo já aprovado pelo Legislativo Municipal, a construção de duas casas de residência para o exercício de 1996.
- **Art.** 6° Revogadas as disposições em contrário, entrará esta Lei em vigor a partir de 1° de janeiro de 1996.

Prefeitura Municipal de Cruzeiro da Fortaleza, 11 de dezembro de 1995.

JOÃO DE MELO SILVA Prefeito Municipal